

A Revitalização do Uso Conceitual da Ideologia nos Estudos Militares: um Aplicativo à Escola Superior de Guerra*

Everton Rodrigo Santos¹

RESUMO

Este artigo propõe a utilização do conceito de ideologia em Thompson (1995) para a compreensão da Escola Superior de Guerra (ESG) no contexto da política brasileira, de uma maneira particular, e, conseqüentemente, da atuação militar no Brasil, num sentido mais amplo. Sendo assim, utilizamos o seguinte procedimento metodológico. Revisamos a bibliografia básica que trata sobre ESG, num primeiro momento, organizando-a a partir de suas concepções ideológicas, da "neutralidade" à "negatividade". Ao final, propomos um forma teórica inovadora de abordagem da temática, a "ideologia crítica". A questão fundamental, aqui, é trazer uma formulação mais adequada ao conceito de ideologia que seja capaz de desconectá-lo, tanto da relação com a modernização do capitalismo como da representação de relações de classe, tradicionalmente analisadas pela bibliografia, buscando ligá-lo à política propriamente.

Palavras-chave: Ideologia. Dominação. Escola Superior de Guerra

ABSTRACT

This work approaches the use of the ideology concepts in Thompson (1995) concerning of ESG (Escola Superior de Guerra) into the context of the Brazilian politic context in a special way, and, consequently, the attitude of the military performance in Brazil and among other senses. So, our method, at the first moment, we have checked the main bibliography that treats about ESG, organized over the ideology concepts from "neutrality" to "negativity" ones. At the end, we purpose a new approaching over the topic: the 'critical ideology'. The fundamental subject here, is bringing one more appropriate formulation to the ideology concept that is capable to disconnect it, even in the modernization of capitalism, such as the relations between the social classes - included in the bibliography - trying to connect that to the politic study.

Keywords: Ideology. Dominance.- Superior School of War

INTRODUÇÃO

O conceito de ideologia sempre foi muito utilizado nas Ciências Sociais, bem como seu uso, muito controverso também. Uma importante bibliografia da Ciência Política que analisou a atuação dos militares na política, nas décadas de 70 e 80, utilizou-se do conceito de ideologia para empreender suas análises. Autores, como Stepan (1971), Dreifuss (1981), Oliveira (1976), Ianni (1981) e demais, estudaram a atuação dos militares, particularmente da Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil nas últimas décadas, usando diferentes conceitos de ideologia. Estes trabalhos, muito embora tenham dado uma significativa contribuição para a área, limitaram seu avanço conceitual às matrizes de inspiração marxistas/gramscianas². Nesse sentido, neste artigo, objetivando fazer avançar estas análises, propomos a utilização do conceito de ideologia em Thompson (1995) para a compreensão da ESG no contexto da política brasileira, de uma maneira particular, e, conseqüentemente, da atuação militar no Brasil, num sentido mais amplo, procurando com este movimento ligar o conceito de ideologia à dimensão da política em detrimento da econômica.

Tal esforço analítico implica efetuar o seguinte procedimento metodológico: fizemos inicialmente uma revisão da bibliografia básica que trata sobre ESG, nos dois primeiros tópicos deste artigo, "Um estudo seminal sobre a Escola Superior de Guerra" e "As análises marxistas/gramscianas nos estudos sobre ESG". No primeiro tópico, partimos do trabalho seminal de Stepan (1971), bem como demais autores que analisaram este objeto, procurando apontar seus pontos de contato no que diz respeito às suas concepções de ideologia, que, como veremos, se interligam em uma "concepção neutra". Nesta concepção, o fenômeno caracterizado como ideológico não implica que este seja enganador, ilusório, ou

* Este artigo é parte de um capítulo de tese de Doutorado em Ciência Política, defendida pelo autor, em 2005, na UFRGS, sob o título Ideologia e Dominação no quadro da Transição Democrática no Brasil (1974/1989). Um estudo sobre a Escola Superior de Guerra.

¹ O autor é Graduado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Atualmente é professor pesquisador no Centro Universitário Feevale e na Universidade Luterana do Brasil, onde leciona Sociologia e Ciência Política respectivamente. Telefone: (051) 99719990. E-mail: evertons@feevale.br

² É importante assinalar que a tradição de Stepan(1971) não se filia à tradição marxista nem gramsciana como veremos a seguir.

mesmo necessariamente ligado a interesses de classe. A ideologia ali não é algo positivo ou negativo, é simplesmente ideológico para estes autores.

Estes trabalhos (da ideologia neutra) diferenciam-se do conjunto de outros estudos que na seqüência utilizarão a ideologia num sentido negativo. Assim, no segundo tópico, reunimos a bibliografia mais significativa à disposição, que faz justamente a crítica ou mesmo se contrapõe a este uso conceitual da ideologia nos estudos sobre ESG. Procuraremos mostrar que, diferentemente das concepções neutras do primeiro tópico, impera uma “concepção negativa” acerca da ideologia, pois a matriz teórica que informa tais análises tem uma extração marxista e ou gramsciana. Aqui a ideologia já assume uma perspectiva classista, negativa, como algo que precisa ser combatido.

No último tópico, “Uma proposta analítica contemporânea sobre a ESG”, faremos uma proposta analítica para análise da Escola Superior de Guerra, baseados em novos pressupostos teóricos que julgamos ser adequada e produtiva para nosso objeto de estudo, apresentando um novo conceito, a “ideologia crítica”. Para além das concepções anteriores, pretendemos, como já dissemos, recuperar a dimensão política do conceito de ideologia, eclipsadas pelas concepções pretéritas.

1 UM ESTUDO SEMINAL SOBRE A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: DAS CONCEPÇÕES NEUTRAS DA IDEOLOGIA

O livro escrito pelo Brazilianist Alfred Stepan, em 1971, “Os Militares na Política”, constituiu-se numa contribuição importante para os estudos sobre a ESG, não somente por ter sido o primeiro trabalho consistente sob o ponto de vista acadêmico, explorando um objeto original, como também pela polêmica que gerou posteriormente, estimulando outras produções. Daí julgarmos ser sua contribuição seminal.

Analisando a atuação dos militares na política, Stepan (1971) defendeu a tese de que os militares passaram por dois modelos de comportamento no decorrer de sua evolução institucional. De “moderadores” no pré 64 a “dirigentes” no pós 64, no sistema político republicano.

O autor não vê os militares isoladamente. Sua posição fortalece-se na defesa de uma instituição que é moldada sob a pressão do sistema político, enxergando-os em seu ambiente mais amplo, sujeito às pressões exteriores. Os militares, portanto, constituem-se num subsistema dentro de um sistema político maior, sofrendo suas determinações, pois, segundo o autor, um novo modelo nas relações civil-militares iria se impor a partir de 1964. Neste novo modelo político, os militares

assumiriam por período indeterminado o comando do Estado, não o restituindo aos civis, era o chamado “poder dirigente”. Coerente com sua visão sistêmica, Stepan (1971) argumentará que as alterações no sistema político e econômico das décadas de 50 e 60 provocaram mudanças no subsistema militar. A crise da economia brasileira, intensificada com a queda do PIB, das receitas do governo e o aumento das despesas, bem como a agudização da inflação, são somadas a uma crise política cristalizada na incapacidade do governo em processar estas demandas, através de um programa que obtivesse sustentação parlamentar. A crise se instala quando políticos de esquerda e de direita perdem a crença no sistema, perdem a crença de que é possível governar o país dentro da estrutura constitucional parlamentar de então. Daí não ser possível a entrega do poder aos civis novamente, como no antigo “poder moderador” do pré 64, conforme Stepan (1971). Dentro desta perspectiva, dois aspectos serão fundamentais para modelar a intervenção dos militares na política de forma permanente: primeiro, os temores institucionais dos militares, e o segundo, a criação da ESG.

O autor enfatiza o aspecto instrumental da ideologia desenvolvida na ESG, ou seja, a instituição forneceu as condições de preparo técnico e teórico para a intervenção dos militares na política. Ele demonstra que importantes quadros da “revolução de 64” haviam freqüentado os cursos da ESG, antes da ruptura. A ideologia, aqui, serve para informar e estimular a ação política.

Nessa direção, Aderaldo (1978) pontua que a Escola Superior de Guerra tinha claramente um “objetivo instrumental propositivo”, de influir nos rumos do governo, encontrando respostas aos desdobramentos enfrentados na conjuntura e deliberando conjuntamente com o governo, propondo políticas para serem implementadas. Muitas das idéias gestadas na ESG nos anos 50 e 60 foram incorporadas ao Estado no “pós-revolução”.

Todavia, este papel da instituição na ruptura institucional de 64 deve ser flexibilizado, pois o modelo de análise, apresentado por Stepan (1971), sofreu duras críticas nos anos posteriores. Na segunda metade da década de oitenta, Coelho (1985) demonstrou o caráter inconsistente de tal formulação, vendo um excessivo otimismo no papel da ESG descrito por Stepan (1971). Qual seja, de moderadores, os militares passaram a dirigentes, após intenso trabalho de formulações da ESG. O fato é que, contesta Coelho: “(...) mais do que um papel, parece ter havido uma longa evolução no pensamento dos militares no curso da qual foi se cristalizando a concepção de um novo papel para as Forças Armadas” (COELHO, 1985, p. 345)³.

Muito embora este aspecto instrumental da ideologia da ESG tenha sido criticado e, portanto,

³ Para uma discussão mais detalhada das críticas de Coelho (1985) ver: Coelho, Edmundo Campos. A Instituição Militar no Brasil: um ensaio bibliográfico. Ed. Cortez. ANPOCS-BIB. N°19, outubro de 1990.

redimensionado, é mister salientar que este conceito de ideologia, com que trabalha Stepan (1971), assume uma perspectiva “neutra” em sua concepção, como também em seus trabalhos posteriores⁴. Ou seja, a ideologia da ESG, nesta perspectiva, constitui-se num conjunto de idéias e procedimentos para a modernização do país. Trata-se de um projeto político nacional, da “Segurança e do Desenvolvimento”, inclusivo das demandas dos civis para a nação que leva a ação política. O aspecto que deve ser ressaltado aqui é o do projeto político.

Em seu livro intitulado “Geopolítica e Poder no Brasil”, Miyamoto (1995) também adotará um sentido “neutro”, quando aborda a questão da ideologia. Este autor efetuou um estudo sobre o pensamento geopolítico brasileiro, explorando suas bases, fundamentos e sua evolução, através de seus pensadores, bem como os possíveis reflexos para o país. Nesse sentido, é na Escola Superior de Guerra, que constata, que os estudos geopolíticos irão desempenhar um papel de destaque.

Assim, uma das intenções de seu trabalho foi demonstrar que “(...) a Escola Superior de Guerra, considerando as potencialidades econômicas e geográficas desfrutadas pelo país, elaborou, desde a sua criação, um projeto capaz de fazer do país uma grande potência” (MIYAMOTO, 1995. p. 18).

Nas primeiras páginas de seu livro, Miyamoto (1995) já adverte que não está preocupado se o pensamento geopolítico possa ser ou não ideologia. Percebendo este tipo de abordagem como um “preconceito a priori”, procurará enfatizar o projeto político. Muito embora a advertência apareça inicialmente, o que transparece implicitamente na seqüência de sua exposição é um conceito também “neutro” de ideologia, à medida que o autor entende a ideologia como um conjunto de idéias disseminadas pela ESG, conforme argumenta em seu capítulo segundo, salientando os aspectos que ele chama de “Doutrina e Ideologia”. Ou seja, não há nenhum aspecto pejorativo no uso do termo explícito por Stepan (1971; 1986) ou implícito por Miyamoto (1995). Mais uma vez, a análise ignora o caráter assimétrico das relações de dominação, que pode carregar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), quer sejam econômicas ou políticas. Estas concepções neutras de ideologia não estão preocupadas com aquele aspecto da “denúncia”, da ideologia como algo que possa ser extirpado por exemplo.

Para o autor Boaventura (1987), a expressão ideologia via de regra se refere, ainda que não seja esta a acepção rigorosa do termo, a um conjunto de idéias de natureza impositiva e quase sempre por isso mesmo, de índole contrária aos interesses da liberdade dos componentes dos grupos sociais. Por isso, fala-se de

ideologia comunista, ideologia fascista.

O autor está combatendo o sentido “pejorativo”, incorporado ao termo “ideologia da segurança nacional”, que a coloca como um conjunto de idéias impositivas e, quase sempre, de índole reacionária e nefasta aos interesses do país. Sua argumentação vai no sentido de demonstrar que há na ESG uma doutrina, não uma ideologia. Assim, esta doutrina constituir-se-ia num conjunto ordenado de idéias, distribuídas pelo seu conteúdo em valor e conceitos, em normas e métodos que desejam, além de entender a realidade nacional, influir sobre ela. Porém, não de maneira impositiva como a ideologia, mas de maneira indicativa. O autor tenta negar o caráter ideológico da DSN num sentido pejorativo, reforçando, em nosso entendimento, um “sentido neutro” como um corpo teórico e conceitual para equacionar os problemas do país, acaba caindo também no grupo dos neutros.

Das análises esboçadas até aqui, podemos tirar três conclusões importantes. Em primeiro lugar, a intervenção dos militares na política se dá como resposta à resolução dos problemas nacionais, Stepan (1971) é mais explícito, colocando-a como resposta à crise do sistema político e econômico.

Em segundo lugar, a ênfase é colocada no projeto político nacional, uma Doutrina que está a serviço dos interesses nacionais. Assim, os trabalhos de Stepan (1971), Miyamoto (1995) e Boaventura (1987), desembocam na “concepção neutra” de ideologia. A ideologia proposta na ESG aparece como um conjunto de idéias, conceitos e valores articulados como qualquer outro, sem implicar necessariamente que eles sejam enganadores ou mesmo ilusórios.

A dimensão enfocada (guardada as diferenças entre os autores) é aquela pela qual a Ideologia responde às crises do Sistema político/econômico, ou seja, a ideologia que responde aos problemas do sistema com idéias e projetos para o país, conforme a figura 1 ilustra.

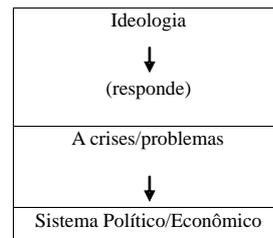


Figura 1 - Ideologia Neutra
Fonte: do autor

Como podemos perceber, os interesses próprios dos militares não aparecem nestas formulações, quando aparecem, estão a serviço de outros, no caso dos civis, da modernização. Esta é terceira importante conclusão que tiramos destes estudos.

⁴Ver STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República. 3. ed Rio de Janeiro, Vozes, 1986, onde o autor também utiliza este conceito nesta mesma direção.

Neste sentido, importantes trabalhos procurarão, fugindo à esta perspectiva analítica "neutra de ideologia", conforme vimos neste tópico, enfatizar seu caráter "negativo e crítico", seguindo uma forte tradição marxista, de apresentar a "denúncia", o caráter da dominação econômica sustentada por estas formulações esguianas.

2 AS ANÁLISES MARXISTAS/GRAMSCIANAS NOS ESTUDOS SOBRE ESG: DAS CONCEPÇÕES NEGATIVAS DA IDEOLOGIA

Um importante marco na crítica dos trabalhos dos Brazilianists é, sem dúvida, o estudo apresentado por Oliveira (1976), em seu livro, "As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964/1969)". O autor inova, pois apresenta uma perspectiva teórica diferenciada nos estudos sobre os militares na política. Ele abrirá uma crítica aos chamados Brazilianists como Stepan, Skidmore, Linz.

Argumenta Oliveira (1976) que as análises sobre o militarismo têm pecado pelo seu formalismo, dando-se ênfase aos aspectos quantitativos do desenvolvimento capitalista como condicionante da maior presença e expressão das Forças Armadas no conjunto das classes e grupos sociais. Ou seja, o próprio desenvolvimento capitalista, segundo esta ótica, demandou a maior participação das Forças Armadas na política. Assim, os militares passaram de "agentes das oligarquias" para "agentes da modernização", diante da incapacidade das elites civis assumirem a gerência do Estado e resolverem seus próprios problemas, num contexto de subdesenvolvimento que coloca as Forças Armadas como a instituição primeira a assumir a tarefa da modernização.

Para Oliveira (1976), a intervenção dos militares na política não se daria pela incapacidade das elites civis de gerenciarem o Estado, ou pela instabilidade do sistema político que afeta o subsistema militar, como quer Stepan (1971). Na verdade, a questão colocava-se de maneira mais complexa. A intervenção visava preservar o capitalismo, intervindo internamente no acirramento da luta de classes e no nível externo, reconstituindo a debilitada relação econômica e política com os Estados Unidos, que levava o Estado brasileiro a uma crise de hegemonia. Disso deduz-se que as Forças Armadas estão a serviço das classes economicamente dominantes.

Vemos aqui não uma intervenção para resolver os "problemas dos civis", mas para resolver uma crise de dominação burguesa. Desta forma, a intervenção militar de 64 assumiria um duplo significado, segundo Oliveira (1976), como um movimento prioritariamente voltado a impedir a continuidade da ascensão dos movimentos populares e secundariamente, de contestação da dominação burguesa que se demonstrava incapaz de assegurar a acumulação capitalista.

Em seu livro "O Ciclo da Revolução Burguesa",

Octávio Ianni (1985), também combaterá a idéia da intervenção dos militares na política como demanda de civis que não teriam capacidade de resolver seus próprios problemas, colocando as Forças Armadas como moderadores no sistema político. Contrariamente a estas análises, Ianni (1985) vê a ditadura militar como a expressão do predomínio da grande burguesia financeira e monopolista no mundo do Estado, indo ao encontro dos estudos de Oliveira (1976). A análise de Ianni (1985), ancorada em trabalhos clássicos da literatura marxista brasileira, vê a "Revolução Burguesa no Brasil", num âmbito histórico que se situa entre a abolição da escravatura em fins do século XIX e o desfecho da ditadura militar em 1964. Em outras palavras, 1964 significou a afirmação do ideário e da prática burguesa que vinha sendo gestada desde a abolição da escravatura em 1888.

Na esteira destas concepções, Oliveira (1976) e Ianni (1985), que colocam a ruptura institucional de 64 como afirmação dos interesses das classes economicamente dominantes, está o importante trabalho de Dreifuss (1981), em seu livro, "1964. A conquista do Estado". Para ele, 1964 significou um golpe civil e militar que buscou afastar as forças "reformistas/populistas" do poder e fazer a defesa dos interesses "multinacionais e seus associados". O autor argumenta, amparado em farta documentação do período, cujos interesses do grande "capital multinacional e seus associados", desenvolvido grandemente durante o governo Kubitschek, com sua política desenvolvimentista, edificaram uma estrutura de poder político, a fim de efetivar seus objetivos. Esta estrutura era corporificada em uma "intelligentsia empresarial" que o autor toma como verdadeiros "intelectuais orgânicos" do novo bloco de poder.

É importante frisar, que além de diretores de multinacionais, proprietários, técnicos, executivos de empresas nacionais, privadas e públicas, Dreifuss (1981) conceitua também os militares como "intelectuais" a serviço do "capital multinacional e de seus associados". Nesta ordem das coisas, as Forças Armadas são, em última análise, as defensoras do "capital multinacional e de seus associados" ou da "burguesia monopolista". O tipo de embocadura teórica destas análises, desconstrói a idéia de neutralidade das Forças Armadas, seu papel arbitral, como queria, por exemplo, a análise de Stepan (1971). Ao contrário, enfatiza o caráter de classe da intervenção militar na política.

Dessa forma é que a ideologia da ESG, divulgada através de sua Doutrina de Segurança Nacional (DSN), estará pautada na defesa destes interesses. Diferentemente da perspectiva dos Brazilianists, que abordam a ideologia num sentido "neutro", como um projeto político modernizador para o país diante de uma crise política, as análises marxistas irão reforçar seu caráter "negativo", de um conjunto de idéias que estão aí para reforçar uma dominação da classe burguesa, indicando que o fenômeno caracterizado

como ideologia ou como ideológico é enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo a própria condenação desses fenômenos. A ideologia burguesa para estes autores é algo que precisa ser superado, o que não era a preocupação dos neutros.

Podemos concluir então que, em primeiro lugar, a intervenção militar na política se dá em função da necessidade de afirmar uma sociedade de tipo capitalista. É assim, na análise de Oliveira (1976), intervindo no acirramento da luta de classes, restabelecendo a hegemonia das classes dominantes, na análise de Ianni (1985), como a expressão do predomínio da grande "burguesia financeira e monopolista", ou mesmo com Dreifuss (1981), como instituição que representa e defende os interesses do grande "capital multinacional e seus associados".

Em segundo lugar, em todas estas abordagens, os militares estão a serviço de outrem, não de si mesmos, são instrumentos de interesses "exteriores" aos seus, da burguesia, do imperialismo e do capital multinacional.

Em terceiro lugar, como podemos depreender destes trabalhos, a ideologia professada na ESG seria a cristalização dos interesses do capitalismo, sendo sua tarefa primordial elaborar uma justificação, uma defesa dos interesses das classes economicamente dominantes. É assim que Oliveira (1976), inspirando-se em Althusser, de certa forma, apresenta a ESG como um aparelho ideológico do Estado brasileiro. Já Dreifuss (1981) coloca-a como uma instituição de poder paralelo a serviço do capital multinacional e, finalmente, Ianni (1985) vê a ESG como uma instituição que defende um modelo de desenvolvimento, onde os interesses do capital monopolista estão ligados aos interesses imperialistas.

Estas abordagens reiteram a "concepção negativa da ideologia", ou seja, uma concepção que coloca o caráter da dominação burguesa defendida nestas formas simbólicas. Implicitamente, está posta a idéia, para estes autores, que esta ideologia deve ser combatida e, se possível, eliminada. Estas formulações acabaram inovando, através desta abordagem, as análises pretéritas, que realçavam a condição "neutra da ideologia". O avanço significativo destas abordagens foi demonstrar que a DSN articulava interesses, mobilizava os sentidos numa direção determinada, a direção de representantes do capital, superando as análises até então tradicionais.

Este tipo de análise vem carregada da "denúncia" de um tipo de dominação burguesa em que toda a sociedade é submetida. Como uma formulação teórica que se dá no contexto dos anos anteriores à queda do muro de Berlim, suas preocupações são muito mais estruturais e econômicas do que propriamente políticas. Ou seja, por mais que estas análises se ergam

contra o "militarismo" de uma forma geral, onde os militares impõem suas vontades aos civis, o aspecto enfatizado é o da representação/dominação de classe, pois os militares estão a serviço do capital. A dimensão enfocada é a relação entre Ideologia e representação de interesses de classe no Capitalismo, conforme figura 2. Aqui vemos que a primeira tem uma função de representação em relação a estas.

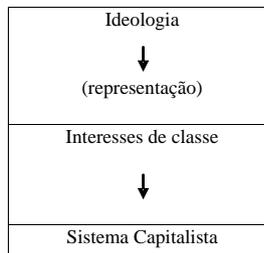


Figura 2 - Ideologia Negativa
Fonte: do autor

Portanto, as análises marxistas, por enfatizar a dimensão econômica, acabam passando ao largo das especificidades própria dos militares, dos seus interesses sob qualquer ordem societal. Especificidades estas que podem ser pensadas para além da relação ideologia e sistema capitalista, mas sim, ideologia e regime político (a democracia), conforme a figura 2. Desta forma, o tópico a seguir pretende apresentar uma perspectiva teórica inovadora (a perspectiva proposta por Thompson (1995)), para o estudo da ESG, que contemple esta dimensão, a dimensão política.

3 UMA PROPOSTA ANALÍTICA CONTEMPORÂNEA SOBRE ESG: UMA CONCEPÇÃO CRÍTICA DE IDEOLOGIA

Das análises que interpretam a intervenção dos militares na política, como uma demanda de civis diante de sua própria incapacidade em resolver seus problemas, às análises que entendem a intervenção militar como uma resposta à crise de hegemonia do capitalismo brasileiro, percebemos uma enorme variação quanto à concepção de ideologia, tal como verificamos anteriormente.

Dessa forma, é que os conceitos de ideologia utilizados nas análises sobre a ESG assumiram, ora um "sentido neutro", que olha para o projeto da instituição ESG como um conjunto de idéias articuladas, sem necessariamente atribuir-lhe negatividade, ilusão, ora o "sentido é negativo", atribuindo a mobilização dos sentidos na direção da representação de relações de produção no capitalismo, como colocadas nos trabalhos que seguem uma tradição marxista/gramsciana⁵.

⁵Muito embora exista diferenças nas concepções de ideologia em Marx e Gramsci, não exploramos neste artigo estas particularidades conceituais objetivando não nos desviarmos dos objetivos maiores deste artigo neste momento.

Pensamos ser possível fazer avançar a compreensão sobre o fenômeno ideológico presente na ESG, buscando superar tanto a "concepção neutra", quanto a "concepção negativa" das análises tradicionais com forte viés econômico, revitalizando o uso do conceito de ideologia e seu caráter político. Nesse sentido, torna-se necessário, primeiramente, delinear um entendimento possível da ideologia desenvolvida na ESG, através da apresentação de um "conceito construtivo" para análise.

Pensamos que a proposta apresentada por Thompson (1995), em seu livro "Ideologia e Cultura Moderna", em que ele apresenta um "conceito construtivo de ideologia", superando os conceitos pretéritos na contemporaneidade, como também da própria atuação dos militares na política, apresenta um enfoque original nos estudos sobre ideologia.

Mesmo criticando as posições marxistas, o autor argumentará que é preciso resgatar a dimensão "crítica/negativa" latente que o conceito de ideologia assumiu em um determinado momento de seu transcurso histórico, afastando-se daquelas "concepções neutras de ideologia", que não enfatizam o aspecto da dominação nem da crítica de sua superação aí embutidos. Assim, as formas simbólicas não são ideológicas em si mesmas. Se elas são ideológicas ou não, vai depender das maneiras como são usadas e entendidas em contextos sociais específicos; em outras palavras, se elas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas. Para ele,

Análise da ideologia (...) está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder (THOMPSON, 1995, p. 76).

Então, para Thompson (1995), estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Existem relações de dominação numa dada sociedade, quando, relações estabelecidas de poder, são "sistematicamente assimétricas", isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente e em grau significativo, permanecendo, desta forma, inacessíveis a outros grupos.

O critério de negatividade está ligado às relações de dominação. No entanto, para além de Marx, não se restringe apenas às relações de dominação econômica, bem como não reduz a um caráter ilusório, errôneo, mas ele a estende e amplia a outros tipos de

relações de dominação existentes na sociedade, como, por exemplo, homem/mulher, brancos/negros, assimetrias.

Este primeiro distanciamento de Marx soma-se a um segundo e importante: Thompson, (1995) vê as formas simbólicas e o sentido, assim mobilizados por elas, como constitutivos da realidade social e que estão envolvidos tanto em estabelecer como em sustentar relações entre pessoas e grupos⁶. Assim, as formas simbólicas não estão separadas da realidade ou mesmo são reflexos dela, como quer a tradição marxista, porém elas são parte do que é a realidade. Portanto, quando estamos estudando ideologia,

(...) estamos estudando um aspecto da vida social que é tão real como qualquer outro. Pois a vida social é até certo ponto, um campo de contestação em que a luta se trava tanto através de palavras e símbolos como pelo uso da força física. Ideologia, (...), é uma parte integrante desta luta; é uma característica criativa e constitutiva da vida social que é sustentada e reproduzida, contestada e transformada, através de ações e interações, as quais incluem a troca contínua de formas simbólicas (THOMPSON, 1995, p. 19)

Também, Vincent (1992, p. 31) vai na mesma direção, ao afirmar que as "(...) ideologias não estão lado a lado com alguma coisa objetiva ou real, mas são elas que, sutilmente, constituem a realidade". Assim, a ideologia, como parte da vida social, está envolvida em estabelecer a conexão entre sentido e poder, em mobilizar os sentidos para estabelecer ou sustentar relações de poder na sociedade através do uso de alguns modos de operação da ideologia, como a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação. Aqui particularmente nos interessa as relações de dominação entre civis e militares que podem ser também sustentadas e ou estabelecidas pela mobilização destes sentidos efetuadas pela ESG. Pensamos que a análise da produção simbólica da ESG, através da identificação dos modos de operação da ideologia, apresentados por Thompson (1995), em sua teoria, constitui-se num salto analítico positivo no sentido de verificarmos a mobilização dos sentidos nesta instituição para sustentar relações de dominação.

Estas relações são sustentadas pelo caráter ideológico da ESG. Desta forma, nós teríamos na instituição, nesta ordem das coisas, um locus do próprio poder militar transfigurado como "poder simbólico" na divulgação de sua doutrina a seus estagiários. Um locus de "poder simbólico", de "construção da realidade", que apresenta em suas formas de recrutamento, por

⁶ Estabelecer significa, segundo Thompson (1995), que o sentido pode criar e instituir relações de dominação e sustentá-las, quer dizer que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um processo contínuo de produção e recepção de formas simbólicas.

exemplo, uma importante estratégia de divulgação ideológica.

Estas estratégias denotam uma preocupação muito especial com a "qualidade de seus estagiários", visto que o recrutamento operado nesta instituição recai sobre os atores que ocupam posições dominantes no espaço social, ou seja, aqueles que detêm um volume global de capitais (quer seja, econômico, cultural ou político) significativos. Assim, professores universitários, juristas, deputados estaduais, empresários, oficiais das Forças Armadas recrutados possuem uma diferenciação em termos de capitais, de sindicalistas, trabalhadores populares ou praças do exército. Os recrutamentos cumprem um papel importante à medida que os atores ocupam "posições-chaves" no espaço social, suas capacidades de influenciar e deliberar posteriormente são, obviamente, mais potentes do que aqueles que ocupam posições inferiores e, portanto, detentores menores de capital global⁷. Neste sentido, nossos estudos sobre ESG⁸ têm indicado a existência de alunos detentores daquilo que Bourdieu (2000) chama de "capital político objetivado", ou seja, detentores de cargos políticos no interior do Estado. Altos funcionários da administração pública, bem como inúmeros parlamentares freqüentam os cursos da ESG. São futuros "colaboradores" para as lutas no interior do aparelho estatal, não somente para manter o poder militar sobre os civis, dissuadindo, muitas vezes, projetos de lei que visem o controle dos militares pelos civis⁹, mas também para a disputa de valores dos indivíduos e dos conhecimentos que podem dar forma e direção para os negócios do Estado.

Poderíamos dizer, sob inspiração de Dezalary & Garth (1998), que a chave para a institucionalização/conservação do poder militar é a procura pelo paralelismo estrutural, existente entre as estruturas objetivas, no que toca às prerrogativas militares existentes (a Constituição Federal, toda a legalidade que envolve os militares), e às estruturas subjetivas dos indivíduos que são forjadas através da inculcação de idéias, valores e generalizações do mundo social nestas instituições. O "(...) reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas" (BOURDIEU, 2000, p.145). Aí pode residir o mecanismo utilizado por esta Escola para a busca da legitimidade das Forças Armadas através de um

trabalho pedagógico.

Esta Escola declina de suas pretensões "instrumentais propositivas" ligadas à ação de tomar o Estado (conforme os golpes de Estado na América Latina) e passa a assumir o propósito de manter suas conquistas ("prerrogativas militares") no interior do Estado brasileiro, é nossa aposta.

A Escola Superior de Guerra proporciona uma verdadeira luta simbólica no espaço social pela conservação de um mundo em que elas estão inseridas, por meio da conservação de uma visão de um mundo social e de seus princípios de divisão (BOURDIEU, 2000). Neste sentido, o embate se dá na tentativa de conquistar a maior adesão por parte dos cidadãos a seus princípios, pois a conquista destas adesões acaba se convertendo na conquista de espaços sociais privilegiados, bem como de espaços públicos, uma vez que seus alunos ocupam posições importantes no Estado e na sociedade, pois os que ocupam posições dominantes no espaço social estão também em posições dominantes no campo de produção simbólica, daí seu recrutamento¹⁰.

À afirmação de sua competência, segue uma coerência com a história de criação desta Escola na formação de quadros capacitados para "gerenciar o Estado Moderno".

No processo de transição política ocorrido no Brasil recentemente, vemos as Forças Armadas do país serem "destituídas" do seu papel de governantes, o fato é que, acompanhando este processo, está a perda das funções governativas por parte destas instituições que detinham um lugar privilegiado na cena política nacional. Entretanto, a "abertura" exige a reafirmação do poder militar por outros meios. Esta linha de raciocínio leva-nos a corroborar a tese, segundo a qual a Escola Superior de Guerra (ESG) constituiu-se num locus de produção e recepção de formas simbólicas de tipo ideológica. Ou seja, a instituição caracteriza-se como um espaço de mobilização dos sentidos para sustentar relações de dominação civil-militares assimétricas e duráveis, constituindo-se como um espaço de resistência ao aperfeiçoamento das relações civil-militares e, conseqüentemente, da democracia brasileira.

A produção simbólica da Escola Superior de Guerra, (a despeito da retirada dos militares de sua função governativa), no país, teria o papel de fomentadora do poder militar, no sentido de manter um espaço para as Forças Armadas no interior do aparato estatal. Daí seu caráter ideológico pelo viés político.

⁷ Estamos usando aqui muito livremente a idéia de capital e espaço social de Bourdieu.

⁸ Ver, Santos, Everton Rodrigo. Ideologia e Dominação no Quadro da Transição Democrática no Brasil (1974/1989). Um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. Porto Alegre. UFRGS. 2005 (Tese de Doutorado)301p.

⁹ Ver D'Araujo, Maria Celina e Castro, Celso (org). 2000, em que os autores aludem para o fato que as classes políticas dos respectivos países do Cone Sul têm perdido oportunidades históricas de assentar novas bases institucionais para as Forças Armadas.

¹⁰ Como argumenta Bourdieu, "Os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica" (BOURDIEU, 2000.p152)

Por outro lado, estes sentidos são mobilizados dentro de um contexto histórico e social determinado, reforçando um regime político quer seja autoritário, ou mesmo de “democracia tutelada”, “frágil”, “incompleta”. Assim, o conceito de “ideologia crítica” de Thompson, superando as análises pretéritas, traz a relação entre ideologia e regime político. Uma ideologia que sustenta relações de dominação civil-militar, conforme a figura 3 ilustra.



Figura 3- Ideologia crítica
Fonte: do autor

Nesta formulação conceitual, podemos sublinhar três aspectos importantes. Primeiro, o conceito reafirma o caráter ideológico da ESG. Em segundo lugar, mas diferentemente das concepções passadas, esta ideologia não está a serviço da dominação burguesa ou de uma modernização capitalista, mas a serviço dos próprios militares. Uma ideologia que sustenta relações de dominação civil-militar.

E finalmente, o conceito nos remete a uma discussão contemporânea sobre as relações de poder recentes entre civis e militares dentro do quadro de um regime político de transição do autoritarismo à democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O físico teórico Thomas Kuhn (1978) argumenta que o progresso da ciência se dá por revoluções paradigmáticas, isto é, que o avanço da ciência não se faz de uma forma linear cujos conhecimentos justapostos e acumulados pela comunidade de cientistas faz avançar a compreensão sobre o real, porém ao contrário, o novo conhecimento produzido opera uma ruptura epistemológica, uma revolução na forma do conhecer, em relação às antigas formas do pensar. Desta forma, a partir de novos pressupostos, reformulam-se conceitos teóricos e, muitas vezes, sobre novas bases de dados, constroem-se novas explicações que subvertem, acrescentam, lançam novas luzes sobre o conhecimento pretérito. Dentro desta movimentação, o uso e a aplicação de novos conceitos auxilia, mesmo que, inicialmente, as grandes superações paradigmáticas.

Sendo assim, inspirados nesta perspectiva de ciência, é que procuramos aplicar de forma original as

formulações de Thompson sobre a ideologia nos estudos sobre ESG, procurando avançar os estudos nesta área.

A guisa de conclusão, a figura 4 pode ser tomada como uma figura ilustrativa dos apontamentos que concluem este artigo, demonstrando a evolução da perspectiva analítica nos estudos sobre ESG que propomos.

Ideologia (responde)	Ideologia (representa)	Ideologia (sustenta)
Crises/problemas	Interesses de classe	Relações de Dominação Civil-militares
↓	↓	↓
Sistema (político/econômico)	Sistema (capitalista)	Regime Político (autoritário e tutelado)

Figura 4 - Evolução das perspectivas analíticas sobre ESG
Fonte: do autor

Da ideologia, como projeto político, que procura responder aos problemas do sistemapolítico/econômico no primeiro momento, passando pela ideologia como representação de relações de produção (dominação de classes) no sistema capitalista, na perspectiva marxista, chegamos finalmente à ideologia como sustentação de relações de dominação civil-militares, com o conceito de ideologia crítica de Thompson (1995). Neste sentido, este conceito permite vislumbrarmos mais claramente que, para além das lutas políticas objetivas entre atores políticos que disputam espaços de poder, também há uma luta simbólica não menos importante. No caso da ESG, esta luta simbólica caracteriza-se como ideológica, não pelo fato em si, mas, sobretudo, porque o conceito faz chamar a atenção para a mobilização dos sentidos das formas simbólicas para a manutenção de espaços de poder, do poder militar.

Então, o conceito de ideologia e regime político pode ser articulado à medida que a produção e recepção das formas simbólicas da ESG sustentem relações assimétricas e sistemáticas de dominação entre civis e militares, quer seja num regime de tipo autoritário ou mesmo de “democracia tutelada”, “frágil”, “incompleta”.

Pensamos que a ênfase na relação entre sentido e dominação, ou seja, a procura pela análise da mobilização dos sentidos para a sustentação de relações de dominação assimétrica entre civis e militares, no Brasil, tenha sido a contribuição maior deste conceito, à medida que, recuperando o viés político na análise da ideologia, pudesse contribuir de forma mais efetiva para a compreensão não somente do objeto ESG de forma particular, como dos militares de uma forma geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADERALDO, Vanda Maria Costa. A escola superior de guerra. Um estudo de currículos e programas. Rio de Janeiro. IUPERJ. 1978. (Dissertação de mestrado).

BOAVENTURA, Jorge. A Doutrina de segurança nacional. In. OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. Pensamento e ação política. Coleção Forças Armadas. São Paulo: Papirus. 1987.

BOURDIEU, Pierre. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

COELHO, Edmundo Campos. A instituição militar no Brasil: Um ensaio bibliográfico. In: ANPOCS-BIB. N. 15 a 19. Rio de Janeiro, out. /90. p. 335/359.

COHN, Gabriel e FERNANDES, Florestan (org). Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo. editora Ática. 1986.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (organizadores). Democracia e forças armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: FGV. 2000. 336p.

DEZALARY, Y, & GARTH, B.A. Le "Washington consensus". Contribution a une sociologie de l'hégémonie du néoliberalisme. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, (121/122, mars, 1998.p.2-22).

DREIFUSS, René Armand. A conquista do estado. Ação Política, poder e golpe de classes. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

IANNI, Otávio. O Ciclo da Revolução Burguesa. Petrópolis: Vozes, 1985.

KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e poder no Brasil. Campinas: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As forças armadas. Política e ideologia no Brasil (1964.1969). Petrópolis: Vozes, 1976.133p.

_____. (org). Militares: pensamento e ação. Campinas: Papirus. 1987.

SANTOS, Everton Rodrigo. A abertura política no Brasil sob os olhares da Escola Superior de Guerra. Porto Alegre UFRGS. 1996 (Dissertação de Mestrado). 212 p.

_____. Ideologia e Dominação no Quadro da Transição Democrática no Brasil (1974/1989).Um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. Porto Alegre. UFRGS. 2005 (Tese de Doutorado). 301p.

_____. Transição Democrática e Militares. Brasil e Argentina. In. TESKE, Ottmar (org). Sociologia Textos e Contextos. Canoas: Editora da ULBRA, .2005, p. 199-218.

_____. Um olhar esguiano da abertura. In. TESKE, Ottmar (org). Sociologia Textos e Contextos. Canoas. editora da ULBRA.2005.p. 219/249.

STEPAN, Alfred. Brasil: los militares y la política. Buenos Aires: Editora Amorrortu, 1971. 351p.

_____. Os militares: da abertura à Nova República. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. 125p.

THOMPSON, John. B. Ideologia e cultura moderna. Petrópolis: Vozes, 1995.

VINCENT, Andrew. Ideologias políticas modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.